

O FMI E AS CARROÇAS

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 24/07/91

O conflito criado com o FMI pelo Presidente da República a partir de vagas declarações do seu novo Chefe de Missão para o Brasil, José Fajgenbaum, sobre a necessidade de reformar a constituição brasileira, colocam em questão a própria natureza da política externa brasileira. Afinal, qual é a nossa opção? O velho nacionalismo terceiro-mundistas, que tradicionalmente caracterizou nossa estratégia internacional, ou uma nova política baseada no interesse nacional e na aproximação com o Primeiro Mundo e particularmente com os Estados Unidos?

Em sua campanha presidencial, o discurso foi claramente direcionado para as reformas estruturais modernizantes, para a liberação comercial e a privatização, para a progressiva integração no Primeiro Mundo. No primeiro ano de governo esse discurso não mudou, mas a prática agressiva, pouco diplomática, adotada pelo presidente e por sua jovem equipe, econômica, somada ao fracasso do primeiro Plano Collor, criou um conflito com Washington e os países do G7. A imagem do Brasil no exterior, que havia melhorado com a eleição do novo Presidente, deteriorou-se de forma impressionante a partir de setembro-outubro de 1990, ao mesmo tempo que, internamente, o fracasso do plano de estabilização incompatibilizava a equipe econômica com as classes dirigentes locais.

A demissão de Zélia Cardoso de Mello tornou-se, assim, inevitável. Através dela o governo procurava reconciliar-se com as elites dirigentes internas. Sua substituição por Marcílio Marques Moreira, embaixador em Washington e defensor determinado de uma maior aproximação com os Estados Unidos, indicava uma segunda mudança de orientação no governo. Não apenas se buscava a conciliação interna, mas também a definição de uma nova política internacional, mais consentânea com os interesses do Brasil porque menos nacionalista.

Fique claro que isto não significaria que o Brasil estaria adotando o internacionalismo primeiro-mundista ingênuo, que acredita que estamos rodeados de países poderosos mas cheios de boa vontade. Não significaria, portanto, que o Brasil faria qualquer acordo sobre a dívida que agradasse Washington, nem que aceitaria

cegamente as condicionantes estabelecidas pelo FMI, que, no plano econômico, representa a visão dos Estados Unidos. O nacionalismo estaria sendo substituído, não pelo internacionalismo, mas pela política do interesse nacional, que, em cada caso, avalia e negocia qual a melhor posição a ser adotada. Ao mesmo tempo, dadas as mudanças que estão ocorrendo no plano internacional, inclusive a proposta de uma zona de livre comércio incluída na Iniciativa para as Américas do Presidente Bush, esta nova política internacional preveria um aprofundamento das reformas estruturais liberalizantes, que neste momento condizem o com nosso interesse nacional, e uma maior aproximação econômica e política com os Estados Unidos, semelhante à realizada pelo México.

Tudo isso parecia apontar a indicação do novo Ministro da Economia e do novo embaixador em Washington, Rubens Ricupero. Nestes termos, é surpreendente a posição adotada pelo Presidente no caso Fajgenbaum. O técnico do FMI fez uma declaração talvez ligeiramente imprudente, mas muito razoável. Afirmou algo que não apenas ele, não apenas o FMI, mas também o próprio Presidente, como foi possível ver pelo seu Projeto, acreditam. Afirmou uma coisa óbvia: "as reformas estruturais são importantes e exigem reformas na Constituição que levam mais tempo".

De fato, é difícil superar a presente crise fiscal brasileira com participação prevista pela Constituição dos Estados e Municípios na receita da União, com os desequilíbrios na representação dos Estados na Câmara dos Deputados, com a previsão de aposentadoria por tempo de serviço, com a estabilidade generalizada de funcionários públicos. O técnico do FMI, entretanto, não listou esses pontos, nem afirmou que fossem condição essencial para um acordo com sua instituição. Declarou apenas que as reformas estruturais, essenciais para a superação da crise fiscal, a estabilização e a retomada do desenvolvimento dependem em parte de mudanças na Constituição.

O Presidente, a partir dessa simples declaração, criou um caso internacional. Com isso, segundo a análise de Gilberto Dimenstein (Folha, 23.7), o Presidente busca alinhar-se com as posições terceiro-mundistas e latino-americanistas ainda dominantes no Itamarati, marcando sua independência em relação aos Estados Unidos. A mesma atitude foi por ele adotada no recentemente México, na reunião dos presidentes ibero-americanos, quando seu discurso assumiu um caráter claramente terceiro-mundista. Quando li o resumo do discurso nos jornais, imaginei que ele havia se limitado a ler um discurso formal escrito por funcionários do Itamarati. Mas o incidente com o Fundo, que está sendo claramente conduzido pelo próprio Presidente, mostra que não houve acaso ou descuido no discurso do México.

Estamos, assim, diante de um impasse preocupante. As elites brasileiras cada vez mais compreendem que chegou o momento de o Brasil afirmar seu interesse nacional de uma forma não nacionalista, não terceiro-mundista. O Presidente foi eleito com essa bandeira. Acaba de nomear um Ministro e um Embaixador que em princípio

adotam essa visão. E no entanto parece disposto a manter a política internacional do Brasil atrelada a um velho nacionalismo, que se compreendia quando estávamos implantando uma indústria através do modelo de substituição de importações, mas que hoje, quando a integração e a competitividade internacionais tornaram-se palavras de ordem, são tão arcaico quanto uma carroça.